

17 DE MAIO

É DIA DE CELEBRAR CONQUISTAS E DENUNCIAR CRIMES CONTRA POPULAÇÃO LGBTQIA+



O dia 17 de Maio, Dia Internacional de Luta contra a LGBTfobia, surgiu quando a Organização das Nações Unidas (ONU) retirou, em 1990, a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID). A sigla se refere a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e outras orientações ou identidades.

No Dia Internacional de Combate à LGBTfobia é importante lembrar que ainda há muito trabalho a ser feito para garantir que todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, sejam tratadas com equidade e respeito. A celebração deste dia serve como um lembrete de que ainda há muito a ser feito para alcançar a plena igualdade para as pessoas LGBTQIA+.

Os Sindicatos filiados à Confederação Nacional dos/as Trabalhadores/as em Educação (CNTE) e movimentos sociais LGBTQIA+ vão colorir diversas partes do Brasil com seminários, atividades de formação e de rua, com paradas, debates, entre outras ações para engajar o tema entre a comunidade escolar e a sociedade, tanto para celebrar a data e as vidas, mas também para denunciar a exclusão desta população.

“A proposta é de luta e resistência para que nós tenhamos força e coragem para denunciarmos os crimes de LGBTfobia. Denunciar a exclusão a que somos sujeitos o tempo inteiro, exclusão na sala de aula, no mercado de trabalho, na sala de profissionais da Educação, exclusão nas propagandas, na TV, rádios e na vida”, explica o secretário de Direitos Humanos da CNTE, Christovam de Mendonça Filho.

E dados não faltam para comprovar o que o dirigente sindical aponta.

Levantamento realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) revela que, em 2022, **131 pessoas trans foram assassinadas no Brasil. Outras 20 tiraram a própria vida diante da discriminação e do preconceito** presente na sociedade brasileira.

Ao menos 256 lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros foram vítimas de morte violenta em 2022, de acordo com levantamento do Grupo Gay da Bahia (GGB).

Uma pesquisa realizada pela consultoria Mais Diversidade para mapear o perfil da comunidade LGBTQIA+ no mercado de trabalho revela que mais da metade dos entrevistados (54%) não sente segurança para falar abertamente sobre a própria orientação sexual ou identidade de gênero no ambiente profissional.

No ambiente escolar isso não muda muito, porque sete em cada dez pessoas LGBTQIA+ têm medo de se declararem como LGBTQIA+ durante a vida escolar no país por causa do bullying, de acordo com estudos realizados pela startup Todxs. No caso de travestis e transexuais, o desrespeito é ainda maior. Um levantamento do jornal Estadão mostrou que essa população correspondia a apenas 0,1% das matrículas em universidades federais do país.

“Os/as profissionais da educação e toda sociedade têm um papel fundamental no combate ao preconceito e de contribuir para que a escola seja um ambiente de resistência e de aprendizado sobre a população LGBTQIA+. No dia 17 a comunidade escolar estará em cada canto do país, colorindo ruas, escolas e salas de aulas em defesa da vida e do trabalho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e outras orientações ou identidades”, destaca Christovam.

HOMENAGEM A LINDOLFO KOSMASKI

PROFESSOR FOI VÍTIMA DO ÓDIO E PRECONCEITO



Paranaense Lindolfo Kosmaski teve sua vida ceifada por um ex-companheiro no dia 1º de maio de 2021 e quase dois anos após a morte do professor e ativista LGBTQIA+, o assassino foi condenado por crime de homofobia e ódio e ficará sem sua liberdade por 19 anos e 6 meses.

Encontrado com o corpo carbonizado, o professor foi mais uma vítima da violência contra a população LGBTQIA+. A morte de Lindolfo no sul do Paraná é um dos casos que deve ser lembrado como luta e resistência em um país que é líder no ranking que mais matam lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros.

“O professor, foi filiado a uma das entidades da CNTE e foi brutalmente assassinado pelo próprio namorado. Lindolfo tinha consciência de classe, era militante do MST, da educação na APP Sindicato e do movimento LGBTQIA+. A sua história de resistência deve ser relembrada para que crimes como este nunca mais aconteçam e que a justiça seja feita a cada dia”, contou o secretário de Direitos Humanos da CNTE, José Christovam de Mendonça Filho.

NOVO TEMPO PARA A DIVERSIDADE E A INCLUSÃO

Declarar ou não a própria sexualidade como aluno/a e professor? Falar ou não sobre questões de gênero em debates na escola? Prevenir ou remediar situações de preconceito em sala de aula? O medo de solucionar questões como essas foi intensificado nos últimos quatro anos por causa de movimentos fascistas e de retrocessos do governo anterior.

Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil (2016) mostra que 73% dos estudantes LGBTQIA+ dizem que já foram agredidos verbalmente, e 36%, fisicamente. Em 2023, o novo Governo propõe a União e a Reconstrução e é com esse viés que devemos aproveitar o Dia Internacional contra a LGBTfobia para diminuir o sofrimento dos LGBTQIA+ nas escolas.

A comunidade escolar deve combater o preconceito e a violência de gênero com ações de enfrentamento adaptadas à realidade do ambiente e seu contexto. Quando se propõe tratar a diversidade e a inclusão com seriedade, seriedade e respeito, os efeitos positivos são percebidos no rendimento escolar de alunos/as e na qualidade de vida de todos.

BRASIL RECRIA O CONSELHO LGBTQIA+



Em 2023, o Governo Lula aprovou a recriação do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras (CNLGBTQIA+) para colaborar com ações em prol dos direitos das pessoas LGBTQIA+.

Serão 38 instituições participantes e a CNTE concorre a uma das vagas. Extinto em 2019, o antigo Conselho contava com a participação da CNTE no colegiado desde 2011. O novo Conselho prevê a realização de estudos sobre a temática da inclusão; recomendações para projetos legislativos; análise de denúncias de condutas contrárias aos direitos das pessoas LGBTQIA+; e o apoio às campanhas pela promoção de políticas públicas a esse grupo.